

# Economista acha pequena influência sobre credor

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Pequenas concessões dos banqueiros aos países devedores bem comportados, inclusive ao Brasil, não terão maiores efeitos sobre a recuperação de suas economias, segundo afirmou ontem, no Rio, o economista Carlos Lessa, ao comentar os possíveis efeitos da reunião das 11 nações latino-americanas em Cartagena, com a participação brasileira. Para ele, essa participação "visa mais ao objetivo de conter a Argentina do que a fortalecer a sua posição diante dos credores".

Para o economista, a posição dos maiores credores do Brasil, que são os bancos norte-americanos, será muito mais influenciada pela crise do sistema bancário dos EUA do que pelo encontro dos países devedores, inclusive porque os próprios banqueiros apostam na divisão dos participantes da reunião de Cartagena.

"A crise bancária americana" — afirmou Lessa — "se expressa pela dificuldade dos bancos de expandirem os seus créditos líquidos e alguns grandes bancos estão com sérios problemas nas suas carteiras ativas devido à excessiva alavancagem de capital". Em outras palavras, como diz o economista, os excessivos créditos concedidos pelos bancos internacionais, sem perspectivas de retorno por parte dos países devedores, ligados às dificuldades internas da economia americana, estão colocando em xeque o sistema financeiro dos EUA.

O desdobramento dessa crise, segundo Carlos Lessa, é que poderá

beneficiar os países devedores pela maior transigência dos banqueiros. Ele explica: "Apesar da política oficialmente definida pelo governo Reagan, orientada para a postura neoliberal de não socorrer as instituições financeiras em dificuldades, aconteceu o oposto quando os sintomas da crise apareceram nos casos do Continental Illinois e do Manufacturers Hannover. Houve uma operação de socorro e o FED (Federal Reserve, o Banco Central americano) garantiu a cobertura dos depósitos". Para o economista, essa atitude representa um precedente na política oficial, proporcionando aos bancos a tranquilidade necessária para uma posição mais transigente em relação aos devedores. Ainda de acordo com o seu raciocínio, esse precedente desloca a negociação entre credores e devedores, passando a envolver os governos e tornando-se um diálogo de país a país em todos os casos.

Carlos Lessa considera ambígua a posição do governo brasileiro no jogo que envolve a reunião de Cartagena, onde México e Brasil, "dois países bem-comportados do ponto de vista dos banqueiros, tendem mais a retardar um desfecho mais favorável aos devedores do que a fazê-lo progredir, reforçando a tática histórica dos banqueiros em relação à América Latina de encaminhar as conversações para o plano bilateral". Para ele, "salvo a suspensão de pagamentos por quatro ou cinco anos e uma redução expressiva da taxa de juros, não há meio de levar a economia brasileira a crescer os 6.5% ou 7% necessários para chegarmos apenas à renda per capita que tínhamos em 1980".